

PROGRAMA DO COLÓQUIO

Questões ambientais no contexto das próximas eleições presidenciais no Brasil: avaliação e perspectivas

15 e 16 de setembro de 2022

Campus Condorcet (Aubervilliers, França), Centre de Colloques, salle 100 -
transmissão ao vivo

Inscrição obrigatória na página do evento : <https://jebresil.sciencesconf.org/> ou
<https://forms.gle/DaEgSjCaEUPD8CXZ8>

O evento será realizado em português, com tradução simultânea para o francês

DIA 1: 13h00 - 18h00

- **13h00-13h15 : Abertura do evento**

Organizadoras do evento e Prof. David Dumoulin (sociólogo e professor no CREDA-IHEAL)

- **13h20-14h15 : Conferência inaugural**

Susanna Hecht, geógrafa e historiadora, professora no Institut des Hautes Études Internationales et du Développement (IHEID, Genebra) e coordenadora do Brazilian Center da UCLA, USA. Conferência em inglês.

- **14h30-17h45 : Mesa redonda nº 1:**

O GOVERNO BOLSONARO: UMA RUPTURA NA POLÍTICA AMBIENTAL DO BRASIL ?

Debatedor : Eric Sabourin, sócio-antropólogo e pesquisador no CIRAD

A conspiração do clima: uma análise das teorias da conspiração propagadas no início do governo Bolsonaro (2018-2020) - ONLINE

Klaus Ramalho von Behr, doutorando no Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da Universidade de Brasília (UnB).

Resumo: Essa comunicação apresentará uma análise de 36 textos (documentos escritos ou enunciados orais) proferidos por membros da alta cúpula do governo Bolsonaro, entre 2018 e 2020, e que evidenciam uma ideia conspiratória em torno da questão ambiental-climática. Os atores selecionados e o número de textos analisados foram: Olavo de Carvalho (5 textos), Filipe Martins (1), Eduardo Bolsonaro (2), Ernesto Araújo (6) e Jair Bolsonaro (22). O objetivo da análise consistiu em compreender de que maneira a questão

ambiental e climática se insere dentro de uma visão de mundo conspiracionista e levantar os elementos moralizantes que emanam dessas teorias da conspiração. Para tanto, realizamos uma codificação destes textos a partir de seis categorias chaves: “conspiradores”, “meta”, “vítima”, “estratégia”, “negacionismo” e “moralismo”, com o auxílio do software *Atlas.ti*. A partir desta análise qualitativa, evidenciamos que há uma estrutura conspiratória geral destes textos que se resume da seguinte maneira: elites globais, intelectuais, tecnocráticas e de esquerda buscam controlar as soberanias nacionais e as ações dos indivíduos por meio da instrumentalização da pauta ambiental-climática – em especial via doutrinação ideológica e da promoção de uma ameaça climática exagerada ou inexistente, ameaça esta que justificaria o controle generalizado. Duas são as mensagens morais que essa estrutura emana: (1) da desqualificação da pauta ambiental-climática e (2) da necessidade de resistir contra os supostos ataques de cunho ambiental-climático. Diante desta luta moral, na qual as mudanças climáticas e a Amazônia estão inseridas, Bolsonaro é apresentado como líder patriótico que defende a soberania nacional e os interesses de seu povo.

O Brasil e a agenda climática: de Estado-veto para Estado que “deixa a boiada passar”? - PRESENCIAL

Leticia Andrea Chechi, professora no Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) ; **Cátia Grisa**, professora do Departamento Interdisciplinar-Campus Litoral Norte/UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS) e no Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento (PGDREDES/UFRGS).

Resumo: O objetivo da apresentação é descrever o posicionamento do Brasil em relação a trajetória dos acordos climáticos globais, buscando refletir se o país passa de Estado-veto para Estado que “deixa a boiada passar”. Metodologicamente, o trabalho contemplou análise documental e realização de entrevistas com 27 atores relacionados à agenda climática no Brasil, no período de fevereiro a maio de 2018. Os principais resultados mostram que, mesmo com diversos avanços em relação à temática das mudanças climáticas no Brasil, ainda que envolvidos em jogos de poder, há preocupação com a continuidade dessa agenda no país. O que se coloca é um panorama de incertezas em relação ao futuro que é dependente dessa agenda. A grande questão é que na década de 1970, o Brasil apresentava um posicionamento de Estado-veto em relação à agenda climática e ambiental, embasado na justificativa de que não era responsável pelo aquecimento global. Desde que essa narrativa foi ultrapassada, a agenda climática e ambiental ganhou espaço no Brasil, estando sempre em consonância com a agenda internacional. Mas o que se apresenta no momento, pode ser considerado um posicionamento de Estado-veto? Observa-se um posicionamento negacionista, que desacredita a ciência, difunde suas próprias “verdades” e, enquanto isso, “deixa a boiada passar”.

O risco das falsas controvérsias para as políticas ambientais brasileiras - PRESENCIAL

Raoni Rajão, professor e coordenador do Laboratório de Gestão de Serviços Ambientais (LAGESA) da Universidade de Minas Gerais (UFMG), atualmente fellow no Wilson Center (Washington, USA).

Resumo: Falsas controvérsias influenciaram a formulação de políticas em questões de saúde e meio ambiente por décadas, resultando em grandes reveses de implementação

em todo o mundo. Como estudo de caso, neste artigo examinamos falsas controvérsias produzidas por um pequeno grupo de pesquisadores brasileiros que impactaram seriamente a conservação ambiental, particularmente em questões relacionadas ao desmatamento e às mudanças climáticas no Brasil. Com base na literatura, desenvolvemos uma tipologia de estratégias utilizadas para fomentar falsas controvérsias, são elas: 1) a produção de incertezas; 2) o uso indevido de credenciais científicas; e 3) o desrespeito à literatura científica. Depois, examinamos a influência desse grupo no Congresso Nacional. Analisamos então as falsas controvérsias e argumentamos que, para entendê-las adequadamente, precisamos considerar uma estratégia até agora negligenciada na literatura: a fabricação de "pseudo-fatos", ou seja, afirmações em desacordo com a literatura estabelecida, mas que se esforça para aparecer como fatos científicos. Ao contrário de outros contextos, em que os negacionistas têm procurado principalmente lançar dúvidas sobre questões consensuais, argumentando que ainda há incertezas consideráveis em torno deles, no Brasil, pseudo-fatos sobre desmatamento, produzidos e publicados fora da literatura científica tiveram papel preponderante no debate público. Esse tema se torna mais relevante no contexto das eleições presidenciais de 2022.

- **16h00-16h15 : CAFÉ / PAUSA**

Populismo e dismantelamento das capacidades estatais no setor ambiental brasileiro - ONLINE

Ana Karine Pereira, doutora em Ciência Política no Instituto de Ciências Políticas (IPOL) da Universidade de Brasília (UnB) e professora adjunta do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) na Universidade de Brasília (UnB) ; **Leila de Moraes**, doutoranda no Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) na Universidade de Brasília (UnB) ; **Marta Maria Rohe Salomon**, jornalista, doutora pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) na Universidade de Brasília (UnB) e professora visitante na Faculdade de Comunicação ; **Marília Silva de Oliveira**, doutora em ciência política e pós-doutoranda do Instituto de Ciência Política (IPOL) da Universidade de Brasília (UnB) ; **Mauro Guilherme Maidana Capelari**, professor adjunto do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da Universidade de Brasília (UnB); **Lucas Souza Lacerda**, doutorando em Ciência Política no Instituto de Ciências Políticas (IPOL) da Universidade de Brasília (UnB); **José Gibson dos Passos**, graduando em Ciências Ambientais na Universidade de Brasília (UnB) ; **Luana Vital de Almeida**, graduando em Ciências Ambientais na Universidade de Brasília (UnB) ; **João Vitor Corso**, graduando em Relações Internacionais na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Resumo : A eleição de líderes populistas autoritários nos últimos anos estimulou uma extensa pesquisa sobre os impactos desses governos na estabilidade democrática. No entanto, ainda são poucas as investigações sobre os efeitos de governos populistas autoritários na administração pública. Esta pesquisa busca contribuir para o debate com um estudo de caso aprofundado da política ambiental brasileira de controle do desmatamento ilegal na Amazônia (Amazônia Legal) durante o governo Bolsonaro (2019-2022). Especificamente, pretendemos responder à seguinte questão: como governos populistas autoritários e antipluralistas produzem altos índices de desmatamento ambiental ilegal? Para operacionalizar nossa questão de pesquisa, mobilizamos o Process-Tracing (PT), que é um método de estudo de caso usado para

produzir inferências aprofundadas sobre a presença de um mecanismo causal que liga uma causa a um resultado. O resultado que investigamos é o aumento do desmatamento ilegal em terras de domínio da União, localizadas na Amazônia. A causa identificada é a eleição de governos autoritários, antipluralistas e populistas de extrema direita. O desmatamento é um fenômeno extremamente complexo e multicausal, não exclusivo de governos populistas autoritários. Os resultados, ainda em construção, versarão sobre desmantelamento a partir da construção de discursos anti-ambientais e não verídicos, da redução do orçamento, da politização da administração pública, e do processo de desinformação gerada pelo atual governo.

O retrocesso ambiental na participação pública da Política Nacional do Meio Ambiente e do combate ao desmatamento da Amazônia no Brasil - PRESENCIAL

Carla Mariana Aires Oliveira, advogada e doutoranda em direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC) ; **Pedro Monteiro da Cruz**, doutorando em ciências jurídicas pela Universidade de Pisa, Itália ; **Tarin Cristino Frota Mont`Alverne**, professora da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Resumo: Há avanços de instrumentos internacionais no sentido de associar a participação da sociedade à proteção do meio ambiente. No âmbito da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA - lei nº 6.938/1981) do Brasil, a descentralização e a democratização do Estado ocorreu com processos decisórios abertos à contribuição da sociedade em conselhos e comitês. À luz disso, as recentes alterações em órgãos colegiados do Poder Executivo Federal suscitam questionamentos quanto ao retrocesso ambiental. Nessa investigação, usa-se método indutivo em pesquisa bibliográfica e documental de via exploratória. A partir de normas internacionais, analisa-se a participação pública no Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) brasileiro no Decreto nº. 9.806/2019 e na criação da Comissão Executiva para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa (CONAVEG) com o Decreto n.º 10.142/2019. No Conama, evidenciou-se a redução quantitativa do número de conselheiros de 96 para 23 participantes, dos quais apenas 4 são destinados à sociedade civil. A representação de comunidades tradicionais foi extinta. Quanto ao CONAVEG, o Plano Amazônia 2021/2022 instituiu um órgão composto exclusivamente por entidades estatais para coordenar o combate ao desmatamento. Ao tempo em que há um aumento expressivo da devastação da floresta, esse plano, por meio de um instrumento genérico, representa uma intensificação do desmonte do cuidado da Amazônia. Portanto, há também uma diminuição qualitativa da participação por ausência de metas, indicadores, cronogramas. Essas mudanças representam um retrocesso na participação pública, prejudicando a cooperação voluntária para a implementação das contribuições nacionalmente determinadas, do art. 6 do Acordo de Paris.

O complexo bauxita–alumínio e os impactos socioambientais na Amazônia brasileira - PRESENCIAL

Simon Lobach, doutorando em história ambiental no Institut des Hautes Études Internationales et du Développement (IHEID/Genebra), associado ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (UFPA).

O alumínio é um dos setores que mais impactam as condições socioambientais das populações dos estados do Pará e do Maranhão, embora esse impacto seja estruturalmente subestimado. Desde a ditadura militar-empresarial, o desenvolvimento de uma indústria de alumínio na Amazônia foi apresentado como uma estratégia fundamental para o

“progresso” desta região. Não obstante, longe de garantir que esse progresso beneficiasse todos os habitantes das regiões afetadas, a indústria do alumínio tem causado o deslocamento e o descultramento de várias comunidades quilombolas, indígenas e ribeirinhas, e a degradação dos seus ambientes. Esta contribuição visa a mostrar que o crescimento da indústria de alumínio, e os impactos socioambientais resultantes, têm sido constantes na Amazônia, desde a ditadura até a atualidade. Baseado em pesquisas de arquivo e de campo nas comunidades atingidas, apresento os mecanismos através dos quais o alumínio tem degradado, e continua a degradar, as condições de vida destas populações tradicionais. Depois, mostro como a extensão do setor de alumínio tem sido planejada e executada no transcurso de várias décadas, envolvendo uma variedade de atores a vários níveis, que têm sistematicamente excluído as comunidades tradicionais. A eleição de Jair Bolsonaro em 2018 representou uma ruptura clara na política ambiental do Brasil, iniciando um processo de dismantelamento das instituições ambientais. Esta contribuição, porém, apresenta o exemplo de um setor onde os impactos socioambientais são de muito mais longa data. A continuidade observada nas políticas com respeito ao alumínio mostra que uma melhora nesse sentido deve envolver um debate societal muito mais amplo do que é possível apenas no palco das eleições presidenciais.

- **18h00-20h00 : COQUETEL COM O PÚBLICO**

DIA 2: 13h - 19h30

- **13h00 : Recepção dos participantes**

- **13h15-15h45 : Mesa redonda nº 2**

EFEITOS CONCRETOS DO MANDATO DE JAIR BOLSONARO SOBRE O MEIO AMBIENTE

Debatedor: François-Michel Le Tourneau, Geógrafo, Diretor de Pesquisa do CNRS e membro do laboratório PRODIG/Paris 1

A expansão da soja em Roraima: uma história recente - PRESENCIAL

Ludivine Eloy, doutora em geografia e pesquisadora no CNRS (UMR ART-Dev) ; **Estevão Benfica Senra**, doutor em desenvolvimento sustentável, Instituto Socioambiental (ISA) ; **Andrea Leme da Silva**, doutora em ecologia e pós-doutoranda no Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural na Universidade de Brasília (PPG-MADER/UnB).

Resumo : O objetivo desta apresentação é compreender em que medida a expansão da soja na Amazônia pode ser atribuída à ascensão de Jair Bolsonaro ao poder. Analisamos os espaços e os atores envolvidos na estruturação da cadeia e na expansão do cultivo da soja no estado de Roraima. O cultivo de soja nesta região é recente: a cadeia se consolidou desde 2012 e a produção vem crescendo. A soja se concentra num raio de 100 km ao redor de Boa Vista, principalmente no Lavrado. Entretanto, as áreas de transição entre o

Lavrado e a floresta têm atraído investidores, pois apresentam regime de chuva e solos mais propícios. A integração lavoura/pecuária promove uma nova fase de concentração fundiária na fronteira da soja. Ao mesmo tempo, desde 2009, um sistema estadual de licenciamento ambiental simplificado permite que as empresas possam contornar a questão da regularização fundiária, mediante a subdivisão do empreendimento em diferentes fazendas. Mas a ascensão de Jair Bolsonaro ao poder marcou uma nova fase de expansão do agronegócio no Estado, simplificando o processo de regularização fundiária e flexibilizando as normas ambientais. Parcerias entre o governo federal, governo estadual e empresas procuram resolver os diferentes gargalos da cadeia, implicando em reformas profundas dos quadros institucionais, legislativos e da estrutura fundiária do estado. Tudo indica o início de uma nova fase de expansão agroextrativa no norte da Amazônia brasileira, situada no coração da bacia Amazônica, e não apenas nas suas bordas, como no passado.

Questão ambiental e fundiária : controvérsias e debates em municípios da Amazônia Legal - ONLINE

Mario Avila, professor da Universidade de Brasília (UnB), associado ao Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural ; **Marcelo Trevisan**, engenheiro Agrônomo, mestrando em Cadastro Multipropósito e Avaliações pela Universidade de Jaén, Espanha ; **Iris Roitman**, doutora em ecologia, pós-doutoranda no Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural na Universidade de Brasília (PPG-MADER/UnB) ; **Raimundo Fagner Vasconcelos**, mestrando no Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural na Universidade de Brasília (PPG-MADER/UnB).

Resumo : O Brasil é o maior detentor de água doce e florestas do mundo, ocupando uma área de 8.516.000 km². A Amazônia Legal ocupa 58,9% desse território e possui 43 dos 50 municípios com maiores emissões de CO₂ do Brasil. Mais de 70% das emissões resultam do desmatamento, queimadas e atividade agropecuária. A configuração fundiária desses municípios, além de áreas privadas e posses, conta com áreas públicas (destinadas ou não) que sofrem com a exploração desenfreada do garimpo, extração de madeira e pressão do agronegócio. Realizamos uma análise de aspectos ambientais e da estrutura fundiária dos municípios que mais emitem CO₂ na região a partir de informações públicas (SNCR, CAR, Acervo Fundiário, Censo Agropecuário) e de observatórios de emissões e desmatamento, no período de 2010 até 2018. O total de CO₂ emitido aumentou 43% pelos municípios estudados e cinco deles responderam por 1/3 do total dessas emissões. As análises apontam que os municípios de Pacajá, Porto Velho e Moju possuem sobrecadastramento (a soma das áreas declaradas supera a superfície real do município) da ordem de mais de 180%. Neste estudo evidenciamos a relação entre as debilidades fundiárias e os problemas ambientais, e mostramos a grande atualidade do tema. De fato, o governo Bolsonaro levantou novas controvérsias durante seu mandato buscando alterar o marco da regularização fundiária no Brasil, e no período de 2019 e 2021, a floresta perdeu em média mais de 10 mil km², número 56,6% maior que a média anual do período anterior – 2016 a 2018.

O Estado e a floresta: uma reflexão sobre as políticas públicas brasileiras de apoio a produtos da sociobiodiversidade Amazônica a partir de uma experiência na Terra do Meio (Pará, Brasil) - ONLINE

Leonardo de Moura, engenheiro florestal, mestrando em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (UnB) e assessor técnico do Instituto Socioambiental (ISA) ; **Raquel Rodrigues dos Santos**, doutora em Ciências pela Universidade de São Paulo

(USP), consultora e integrante dos grupos de pesquisa em Governança Florestal na USP e Ecologia Histórica e Política na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) ; **Jeferson Straatmann**, doutor em engenharia de produção pela Universidade de São Paulo (USP), e responsável pela articulação institucional para a economia da sociobiodiversidade no Instituto Socioambiental (ISA).

Resumo: Os produtos da sociobiodiversidade são um elo entre a conservação da Amazônia e uma economia sustentável. Políticas públicas específicas podem tornar as cadeias destes produtos viáveis e atrativas. O objetivo deste trabalho é apresentar e discutir os desafios das políticas de apoio aos produtos da sociobiodiversidade e os mecanismos usados por comunidades locais e seus parceiros para contorná-los. O debate foca em três cadeias emblemáticas - borracha, castanha-do-pará e babaçu – tratando desde políticas de subsídio e financiamento, até os mercados institucionais. É feita uma comparação entre as políticas relacionadas ao conceito de sociobiodiversidade desenvolvidas pelo Ministério do Meio Ambiente entre 2009 e 2018, com o Plano Bioeconomia Brasil elaborado pelo Ministério da Agricultura durante o governo Bolsonaro em 2019. As informações apresentadas e analisadas resultam da experiência de técnicos da organização não governamental Instituto Socioambiental ao implementar e conduzir a Rede de Cantinas da Terra do Meio (PA) durante mais de sete anos. A discussão aponta que, devido às especificidades do contexto, as políticas da sociobiodiversidade são necessárias para o desenvolvimento das cadeias dos produtos da floresta, mas que ajustes poderiam melhorar seus resultados. No caso do Plano Bioeconomia Brasil, as políticas têm pouca efetividade, devido a descon sideração das peculiaridades referentes aos povos da floresta. Na conclusão são feitas recomendações para adequação das políticas à realidade dos povos da floresta, dentre elas, a necessidade de um diálogo direto e permanente entre produtores, instituições de apoio, e os criadores e executores de políticas nos diferentes níveis estatais.

A presidência de Jair Bolsonaro: uma oportunidade política para intensificar o domínio da indústria da mineração em Minas Gerais - PRESENCIAL

Lea Lebeau pin-Salomon, doutoranda em ciências políticas no Centre de Recherche et de Documentation sur les Amériques (CREDA) da Universidade Sorbonne Nouvelle.

Resumo: Enquanto as empresas mineradoras de Minas Gerais, apoiadas pelos governos municipais, estaduais e federal, enfrentam crescentes protestos e desconfianças sociais, elas estão ao mesmo tempo engajadas em uma corrida para obter licenças ambientais. Os quatro anos de mandato de Jair Bolsonaro (2018-presente) foram um momento oportuno para os diversos atores que apoiam o desenvolvimento do setor da mineração para acelerar esses processos de licenciamento. Como os desastres de Mariana e Brumadinho ainda estão muito presentes na memória coletiva, as empresas desenvolveram diferentes estratégias para que os projetos fossem aceitos por políticos locais, pelas populações locais e outros atores públicos. Deste modo, esta comunicação se propõe a analisar a pluralidade de modos de ação empresarial em diversas escalas para produzir a aceitabilidade social em um contexto favorável, no quadro de um governo que apoia o extrativismo. Esta comunicação analisará as formas como a consideração de danos industriais passados e o protesto social que eles suscitam são evitados por estratégias de comunicação e pela co-construção de instrumentos regulatórios públicos. A fala mostrará como o setor tem conseguido aproveitar o mandato de Jair Bolsonaro para ampliar a extração em Minas Gerais e como as atividades de denúncia são controladas e reprimidas.

A política ambiental brasileira na gestão 2019-2022 e seus efeitos no comércio exterior - ONLINE

Tiago Reis, doutor na Université Catholique de Louvain, e líder de engajamento para a América do Sul na iniciativa Trase.

Resumo: A administração do governo federal brasileiro entre 2019 e 2022 se apresentou com um projeto agressivo de desmantelamento de políticas públicas de conservação socioambiental. Apesar de diversas barreiras institucionais impostas pelos poderes legislativo e judiciário, medidas de esvaziamento orçamentário e de capacidade de execução de órgãos de proteção, controle e fiscalização socioambiental, foram implementadas com êxito. Como resultado, as taxas de desmatamento e conversão de vegetação nativa na Amazônia, e em outros biomas brasileiros, como o Cerrado, o Pantanal, os Pampas e mesmo a já combatida Mata Atlântica, atingiram recordes de aceleração. Criminosos, como garimpeiros e madeireiros ilegais, sentiram-se encorajados a invadir Terras Indígenas e Unidades de Conservação. Grileiros aumentaram as invasões de terras públicas não destinadas, até mesmo fazendo auto-declarações de Cadastro Ambiental Rural (CAR). Isso evidencia a percepção contundente de impunidade, pois a auto-declaração de CAR sobre terra pública não destinada significa gerar provas de crime contra si mesmo. A comunidade internacional reagiu com discursos condenatórios, isolamento do Brasil em alguns fóruns internacionais, e também medidas de restrição comercial. Redes de varejistas europeus passaram a boicotar carne da Amazônia brasileira e o acordo comercial entre União Europeia e Mercosul, duramente negociado por vinte anos, foi bloqueado por alguns países-membro. Nesta apresentação, são trazidos dados do comércio exterior brasileiro de commodities agropecuárias da plataforma Trase, enfatizando o nível de exposição ao desmatamento dos principais compradores do Brasil nos últimos anos, e como a política ambiental do governo brasileiro repercutiu nas exportações dessas commodities em 2019 e 2020.

- **15h45-16h15 : CAFÉ / PAUSA**

- **16h15-18h15 : Mesa redonda N° 3**

REAÇÕES E RESISTÊNCIAS À ATUAL AGENDA AMBIENTAL

Debatedora: Émilie Coudel, sócio-economista e pesquisadora do CIRAD

Os diferentes posicionamentos de elites dos sistemas alimentares em relação às mudanças nas políticas ambientais no Brasil - ONLINE

Caio Pompeia, doutor em antropologia, pesquisador do Programa de Pós-Doutorado em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (USP).

Resumo: As expressivas mudanças nas orientações das políticas ambientais ocorridas durante o governo de Jair Bolsonaro têm contribuído decisivamente para movimentar o campo político no Brasil em que operam as elites nacionais e transnacionais dos sistemas alimentares. Esta apresentação analisa como as distintas correntes de tais elites têm agido nesse contexto de mudanças. Para isso, elaborou-se um gradiente que tem em seus extremos posições negacionistas e aquelas ligadas à linguagem do carbono. Entre elas, identificam-se posicionamentos intermediários, intitulados no trabalho como “conservadores” e “volúveis”. Em seguida, são examinados os atritos entre as correntes e as articulações de cada uma delas com o governo. A pesquisa é fundamentada em análise de documentos corporativos, entrevistas com atores empresariais e parlamentares,

e observação participante de longa duração no Congresso Nacional e dentro de organizações do agronegócio.

Governo Bolsonaro e Povos e Comunidades Tradicionais: significados da ruptura de interlocução na política de meio ambiente - ONLINE

Mauro Pires, sociólogo, doutorando em Desenvolvimento Sustentável (CDS) na Universidade de Brasília (UnB) e analista ambiental do serviço público federal.

O objetivo deste trabalho é analisar as implicações para a política ambiental e para os Povos e Comunidades Tradicionais (PCT), da quebra de diálogo estabelecida pelo governo Bolsonaro a partir de 2019, principalmente no âmbito do Ministério do Meio Ambiente (MMA). A interlocução da política ambiental com esses segmentos sociais remonta aos anos 1980, no contexto da redemocratização brasileira, sendo um de seus marcos a instituição, em 2007, da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). O suporte político e técnico conferido pelo MMA, desde a fase de elaboração dessa política, era valorizado pelos representantes da sociedade civil e parceiros. Em sua estrutura administrativa, este Ministério dispunha de setor com pessoal e orçamento dedicados a esse trabalho, o que favoreceu a execução de iniciativas, planos e projetos específicos, em particular na área de gestão ambiental e territorial indígena e quilombola, uso sustentável e promoção de cadeias da sociobiodiversidade. Como parte da estratégia de encolhimento das funções do MMA, em janeiro de 2019, o governo extinguiu esse setor, e, desde então, as iniciativas com PCT foram interrompidas ou fragilizadas. Assim, mediante análise de documentos, de gravações e entrevistas, o estudo identifica perdas para o conjunto da política ambiental, mas, paralelamente, evidencia que os PCT procuraram fortalecer sua agenda junto a outros segmentos, como o Ministério Público Federal e a cooperação internacional.

Ação pública democrática em tempos de crise: examinando a resiliência das políticas socioambientais do Brasil - ONLINE

Carolina Milhorce, doutora em Ciência Política e pesquisadora no CIRAD (UMR ART-Dev, "Atores, Recursos, Territórios no Desenvolvimento"); **Marina Lazarotto de Andrade**, doutoranda em Ciência Política (IPOL/UnB) et assistente de pesquisa au CIRAD ; **Jean-François Le Coq**, pesquisador no CIRAD (UMR ART-Dev) e pesquisador visitante da Alianza Biodiveristy y Ciat, Cali, Colombia.

Eric Sabourin, sócio-antrópologo, pesquisador titular em antropologia e sociologia rural au CIRAD (UMR ART-Dev).

Resumo : O Brasil passou por importantes mudanças desde meados de 2010 e, mais acentuadamente, a partir de 2018, com o início do governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro. O desmonte de políticas se tornou uma estratégia sistemática do governo federal. As políticas mais atingidas foram, em sua maioria, desenvolvidas e consolidadas dentro do arcabouço político-institucional democrático característico dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). O governo Bolsonaro atuou extinguindo, enfraquecendo e limitando as instâncias participativas e o envolvimento da sociedade civil. Esse movimento não só mudou a composição de atores envolvidos nas políticas públicas, mas também buscou alterar os seus objetivos para que refletissem a renovada articulação de coalizões conservadoras. Este estudo questiona a natureza da mudança política no contexto de erosão democrática e analisa os fatores de resiliência das políticas socioambientais que estão sendo desmanteladas. Com base numa revisão da literatura emergente sobre o caso brasileiro, entrevistas semiestruturadas e análise documental, a

pesquisa examina a relevância dos instrumentos participativos na resposta às mudanças iliberais nas políticas públicas e a outros tipos de crises - clima e covid-19. Tendo em vista a participação da sociedade civil na construção dos instrumentos analisados, o trabalho investiga o papel de atores para além da burocracia estatal. Dois estudos de casos empíricos são considerados: a governança dos recursos hídricos na bacia do rio São Francisco e a compra e distribuição de produtos alimentares agroecológicos durante a pandemia. Dentre os fatores identificados, destaca-se o papel das redes informais e das coalizões na criação de alternativas e respostas políticas à mudança.

Cuidado, ofensiva de mercado e conservação ambiental: mulheres na agroecologia fazem frente à política de Jair Bolsonaro - PRESENCIAL

Roberta Cardoso, graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e Técnica de Extensão Rural, participante do Programa de Mulheres do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA/ZM) ; **Isabelle Hillenkamp**, sócio-economista, pesquisadora do Centre d'Études en Sciences Sociales sur les Mondes Africains, Américains et Asiatiques, Paris (IRD-CESSMA), e coordenadora do projeto GENgiBRe ; **Natália Lobo**, agroecologista, mestranda do Programa de Ciências Sociais sobre Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), membro da equipe técnica da ONG Sempre Viva Organização Feminista (SOF) ; **Miriam Nobre**, engenheira agrônoma da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiróz (ESALQ-USP), mestre pelo Programa de Estudos da Integração Latinoamericana (PROLAM-USP), e trabalha na ONG SOF ; **Héloïse Prévost**, socióloga, pós-doutoranda no Centre d'Études en Sciences Sociales sur les Mondes Africains, Américains et Asiatiques (IRD-CESSMA) no âmbito do projeto GENgiBRe, e associada ao laboratório LISST da Universidade Jean Jaurès; **Sheyla Saori Iyusuka** agrônoma, mestre em agroecologia e desenvolvimento rural, e técnica da ONG SOF ; **Lilium Telles** engenheira florestal e mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Resumo: Desde a década de 2000, uma aliança entre líderes de organizações de mulheres rurais e ativistas feministas em ONGs e universidades ampliou sua escala no Brasil em torno da defesa da agroecologia, com o lema “Sem feminismo, não há agroecologia”, reivindicando o valor do trabalho agrícola feminino orientado para o cuidado e a caracterização da terra, da água e da biodiversidade como bens comuns. Ela se posicionou em conflito com a exploração de recursos naturais e os interesses patriarcais dentro das estruturas camponesas, das ONGs e do Estado. O conflito se estendeu ao setor de conservação, voltado para uma visão da natureza selvagem que não reconhece o papel do uso e manejo realizado pelas comunidades locais. Nos últimos anos, este setor tem desenvolvido alianças com os interesses do mercado, reforçadas pelas negociações climáticas internacionais que monetizam o uso das florestas para a captura de carbono. Nossa comunicação analisará as modalidades da política sobre os recursos naturais do governo Bolsonaro em duas regiões de mata atlântica onde redes de agroecologia estão implantadas, o Vale do Ribeira (SP) e a Zona da Mata (MG), e o lugar das mulheres nas resistências a esta política. Nossa proposta é parte do projeto ANR GENgiBRe "Relationship to nature and gender equality. A contribution to critical theory from feminist practice and mobilization in agroecology in Brazil". Analisaremos a aplicação da lógica de mercado sobre a natureza sob o governo Bolsonaro e a manifestação destas contradições na agricultura de tipo agroecológico a partir de uma perspectiva de gênero.

- **18h30-19h30 : Mesa redonda N° 4**

AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS NO QUADRO DAS PRÓXIMAS ELEIÇÕES

Discussão com os debatedores das mesas redondas, François-Michel Le Tourneau e Émilie Coudel, além do palestrante Raoni Rajão e das organizadoras do colóquio.

- **19h30: FECHAMENTO DO COLÓQUIO E AGRADECIMENTOS**
- **20h00: JANTAR COM OS PALESTRANTES**